

Gestão Social e Institucional em Territórios Rurais: Contribuições a Partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul

Carlos Douglas de Sousa Oliveira, Marcelo Antonio Conterato, Lillian Bastian e Sergio Schneider

Resumo

O artigo aborda questões relativas à gestão institucional e social no território Zona Sul do Rio Grande do Sul, a partir da percepção dos atores que participam da institucionalidade territorial, nesse caso, o Colegiado Territorial. Será apresentado um retrato dessa ação com a perspectiva de identificar os desafios da governança territorial, o que suscita uma reflexão sobre o processo de gestão social nos espaços de construção coletiva do desenvolvimento territorial. Constata-se que são poucas as ações de desenvolvimento territorial decididas no âmbito do Colegiado Territorial dessa região. Nessa área, ainda existe outra institucionalidade setorial, o Fórum da Agricultura Familiar da Zona Sul do Rio Grande do Sul, ligada a esse colegiado, com significativa importância no protagonismo do desenvolvimento do território. É nele que ocorre a maior parte das decisões e, talvez por isso, seja percebido pelos atores como o próprio Colegiado Territorial. Essa é uma das informações relevantes, entre outras, que foram reveladas a partir da leitura e interpretação do ponto de vista dos atores territoriais.

Palavras-chave

Gestão Social. Políticas Públicas. Desenvolvimento Territorial.

Abstract

The article covers issues related to social and institutional management of the Zona Sul Territory in Rio Grande do Sul, Brazil, from the perspective of the actors that participate in the territorial institutionality, in this case, the Territorial Collegiate. A portrait of this action will be presented so as to identify the challenges of territorial governance, which brings a reflection upon the social management process in areas of collective construction of territorial development. It was verified that few territorial development actions are decided within the Territorial Collegiate. In this área, there is still another sectorial institutionality, the Family Farming Forum of

the Zona Sul do Rio Grande do Sul, connected to this collegiate, with significant importance as a protagonist in territorial development. That is where the greater part of decisions are made and, maybe because of that, it is perceived by the actors as the Territorial Collegiate itself. This is one relevant information, among others, that were revealed from reading and interpreting the point of view of the territorial actors.

Keywords Social Management. Public Policies. Territorial Development.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de diminuir as assimetrias históricas de poder na condução do desenvolvimento no meio rural brasileiro, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), fomentou, em todo o Brasil, a constituição de “novas institucionalidades territoriais” (DELGADO; LEITE, 2011, p. 108)¹ denominadas Colegiados Territoriais. A finalidade foi fortalecer a gestão social, mediante o compartilhamento desse poder entre organizações públicas e sociedade, com vistas à construção de um processo de desenvolvimento que tivesse como princípios a participação social voltada para o planejamento de ações territoriais, a descentralização na coordenação desse processo e a transparência das políticas públicas, o que permitiria fortalecer o seu controle social no nível dos territórios (BRASIL, 2005). Essa ideia constitui uma parte do referencial disseminado pela política territorial do governo brasileiro posta em prática, inicialmente em 2003, pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA. Em 2008, a política foi ampliada para um número maior de órgãos federais, mediante o Programa Territórios da Cidadania (PTC), sendo coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social a partir de uma maior articulação de ações dessa natureza que já vinham sendo desenvolvidas nos níveis de governos municipais, estadual e federal (BRASIL, 2010a).

A intenção aqui é compreender e problematizar uma parte dessa estratégia, por meio da percepção dos atores ligados a ela. Ou seja, compreender especificamente o funcionamento da institucionalidade. Colegiado Territorial, sobretudo, a sua própria gestão e a forma como essa institucionalidade atua sobre a gestão social no Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul². Pode-se dizer que as institucionalidades com caráter territorial ainda são recentes no Brasil, assim como a política de desenvolvimento territorial. Talvez por isso haja tanta dificuldade em ocorrer uma gestão compartilhada, o que tem sido alvo de críticas dos atores sociais dos territórios (BRASIL, 2010b), de gestores públicos (COREZOLA; OLIVEIRA; ALMEIDA, 2010) e, também, de acadêmicos (FAVARETO, 2010; DELGADO, 2007; LEITE; KATO; ZIMMERMANN, 2008) que se dedicam ao estudo dos territórios de identidade. Todos afirmam que a estratégia territorial representa

um grande avanço em termos de políticas públicas no Brasil. Porém, o processo de gestão social é frágil, haja vista a enorme dificuldade por parte dos atores envolvidos em realizar uma gestão compartilhada, diante de programas que envolvem uma grande diversidade de interesses e atores, o que naturalmente ocasiona disputas e conflitos, podendo inviabilizar o processo de desenvolvimento territorial. Portanto, o problema que motivou este estudo reside na dificuldade dos atores territoriais em executarem, de fato, uma gestão compartilhada, garantindo a diversidade de interesses e forças sociais presentes nos territórios. E, além disso, especialmente, porque essa gestão envolve o gerenciamento de investimentos em infraestrutura territorial, assim como investimentos em custeio de ações de fortalecimento do controle social de políticas públicas nos níveis municipais, territorial, estadual e nacional, o que torna a gestão ainda mais complexa.

Diante do exposto, formulam-se as seguintes questões: Como os atores territoriais veem o Colegiado Territorial dentro desse processo? Quais as implicações disso para a gestão do desenvolvimento territorial?

Para efeito desta pesquisa, entende-se o território como o espaço resultante de uma construção social que, de acordo com Corezola, Oliveira e Almeida (2010), permite a integração, a articulação e a concertação entre os diversos atores sociais e políticas públicas, onde se dá a gestão social com vistas ao desenvolvimento territorial. Essa definição dialoga com a normativa disseminada no âmbito da política de desenvolvimento territorial. Porém, cabe destacar que a gestão social está sendo entendida na perspectiva de Tenório (2008), a qual não dialoga com a definição normativa do governo federal. Aqui, entende-se a gestão social como um processo intersubjetivo, responsável pela ação da cidadania, tanto em esferas públicas quanto privadas. Nessa perspectiva, a gestão social é diferente da gestão estratégica, porque busca substituir a gestão tecnoburocrática por um gerenciamento mais participativo e dialógico entre o Estado e a sociedade, ou seja, uma gestão que permita o compartilhamento de decisões, de modo a fortalecer a cidadania. De acordo com Oliveira (2012), essa definição não é totalmente divergente do discurso dos gestores públicos que preconizaram a política territorial. Contudo, a definição normativa trata a gestão social e a gestão estratégica como sinônimas, quando na realidade, segundo Oliveira e Perafán (2012), elas são distintas, podendo ser complementares, o que não está bem esclarecido para os referidos gestores. É importante que fique clara a definição aqui defendida, porque será o pano de fundo das interpretações sobre esse tema ao longo do artigo.

Os dados da pesquisa foram coletados no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas por técnicos da Célula de Acompanhamento e Informação (CAI). Essa célula está vinculada ao Sistema de Gestão Estratégica (SGE) da SDT, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico³. Conforme explicado anteriormente, o foco da pesquisa é a gestão social e institucional, priorizando-se, portanto, a investigação no âmbito do Colegiado que representa a principal institucionalidade territorial. Sobre essa investigação, foram feitas as seguintes perguntas: De que forma se realiza a seleção e a eleição de seus membros? Com que frequência o Plenário se reúne? Quais mecanismos são utilizados para a tomada de decisões? Como é avaliada a capacidade de decisão de

cada membro? Com que frequência o colegiado é afetado por problemas do tipo: baixa participação dos produtores, baixa capacidade técnica para avaliação de projetos, não ser escutado em outras instâncias, influência política, alta rotatividade dos membros e pouca participação de gestores públicos? Em seguida, os dados foram sistematizados com a ajuda do SGE⁴ e analisados no âmbito da CAI, com contribuições de alguns interlocutores da pesquisa.

Além desta primeira seção introdutória, o artigo está assim dividido: a segunda seção irá situar a estratégia territorial no processo de desenvolvimento rural brasileiro. A terceira seguirá problematizando a gestão do desenvolvimento territorial no Território Zona Sul. A quarta tratará da percepção dos atores territoriais sobre a gestão do colegiado territorial e a quinta, e última, seção apresentará as considerações finais.

SITUANDO A ESTRATÉGIA TERRITORIAL NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO

O desenvolvimento rural assume vários enfoques e estratégias que dependem do grupo de estudo ou de formulação de políticas públicas, bem como do ambiente institucional ou continente usado como referência sobre o tema. Porém, geralmente, aparece a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população rural como um elemento importante e, mais recentemente, inclui-se aí a autonomia dessa população para decidir sobre o estilo de vida que prefere levar.

Para Navarro (2001), trata-se de uma ação previamente articulada que pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural, tendo o Estado nacional, ou seus níveis subnacionais, como principais agentes. Esse autor ressalta que o desenvolvimento rural é “[...] também campo de produção do conhecimento e sujeito a arquiteturas analíticas inspiradas por tradições teóricas diversas e, muitas vezes, divergentes entre si” (NAVARRO, 2001, p. 90). Tal divergência pode ser observada sob diversos ângulos, sendo um deles a questão setorial associada à noção de desenvolvimento rural. Ou seja, inicialmente, em estudos rurais, considerou-se a esfera agrícola como sinônimo de rural, situação essa que passou a sofrer mudanças a partir da década de 90 (NAVARRO, 2001). Ao encontro do que foi dito anteriormente, Navarro (2001) afirma que a definição de desenvolvimento rural sofreu algumas variações ao longo do tempo, “[...] embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento [...]” (NAVARRO, 2001, p. 88). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias, nos processos, métodos e metodologias escolhidos.

Schneider (2004) considera que a definição de desenvolvimento rural ainda é complexa e multifacetada, passível de ser abordada por diversas perspectivas teóricas. Mesmo assim, esse autor propõe uma definição ampla para o desenvolvimento como um processo que resulta de ações articuladas, “[...] que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais” (SCHNEIDER, 2004, p. 98).

Partindo de um ponto de vista prático e normativo, Navarro (2001) entende que o desenvolvimento rural pode se referir também a programas realizados pelo Estado, desde que tenham produzido mudanças positivas no mundo rural, a partir de objetivos previamente definidos com os atores locais. Por outro lado, pode também se referir a uma “ação prática para o futuro” (NAVARRO, 2001, p. 89), cujo foco seja a construção de uma estratégia de desenvolvimento, pensando no médio e longo prazos. Nesse sentido, o desenvolvimento territorial no Brasil tem sido tratado como uma estratégia ou abordagem de desenvolvimento rural, embora, em alguns ambientes, sobretudo fora do meio acadêmico, ainda se verifique a referência a ele como sinônimo de desenvolvimento rural e não como uma de suas estratégias; haja vista que existem outras abordagens, como é o caso de estratégias setoriais, cujo foco se restringe à conservação e uso de recursos naturais ou ao desenvolvimento da agricultura patronal.

Com base em uma parte da literatura sobre o tema no Brasil, observa-se que autores ligados à academia, como, Schneider (2004; 2006; 2009), Favareto (2010; 2000), Delgado e Zimmermann (2008), Leite, Kato e Zimmermann (2008), Veiga (1998; 2001), Abramovay (2006), referem-se ao desenvolvimento territorial como uma abordagem ou enfoque que diverge de um horizonte setorial do desenvolvimento rural. Do mesmo modo, referem-se alguns gestores e consultores ligados ao MDA, tais como, Oliveira (2010); Corezola, Oliveira e Almeida (2010) e Echeverri (2010). Não se quer dizer com isso que todos os autores citados anteriormente possam concordar com a abordagem territorial no Brasil como estratégia de governo, conseguindo, de fato, atender aos critérios de uma estratégia intersetorial de desenvolvimento rural. Ficando claro, teoricamente, a abordagem territorial deve romper com a política setorial, principalmente, ao observar as considerações mais abrangentes de Schneider (2004; 2009), ao destacar, inclusive, que vários autores consideram que a abordagem territorial representa um avanço com relação ao enfoque setorial, porque “[...] *consigue superar las rígidas escalas de gestión, poder y planeamiento, que non corresponden al contexto de la acción Del Estado y ni la necesidad de participación de los actores de la sociedad civil*” (Schneider, 2010, p. 28-29). Favareto (2010) avalia que, embora haja um grande esforço por parte dos mentores intelectuais e por parte do Estado brasileiro para romper com a marca histórica da implantação da estratégia territorial, qual seja, o viés exclusivamente setorial, focado especialmente no segmento agricultura familiar, tal intento não obteve êxito, não conseguindo sequer articular o segmento da agricultura familiar com o da agricultura patronal, como já haviam sugerido Veiga (2001) e Navarro (2001) antes mesmo da implantação da abordagem territorial pelo governo brasileiro. Essas são algumas questões importantes no contexto da política territorial brasileira, as quais, de alguma forma, irão refletir sobre o modelo de gestão territorial adotado pelo Território Zona Sul.

PROBLEMATIZANDO A GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO TERRITÓRIO ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL

Nessa seção, apresenta-se o surgimento da estratégia de gestão social para os territórios brasileiros, incluindo o caso do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Em seguida, será

problematizado o conceito de gestão social no nível do governo federal brasileiro, buscando destacar o seu reflexo na realidade do território aqui estudado.

A partir da constituinte, o país incorpora o mecanismo de criação de conselhos com a função de promover formas institucionalizadas de políticas públicas (MATTEI, 2010). Assim, foi criada a SDT, responsável por mudança no modelo vigente até então, uma vez que operou a transferência dos incentivos de infraestrutura municipal para a escala territorial, com o intuito de reunir esforços e potencialidades no que tange o desenvolvimento rural intermunicipal.

Assim, deu-se início à constituição dos territórios rurais em todo o Brasil, contabilizando hoje cento e sessenta e quatro, apoiados diretamente pelo governo federal; e mais do dobro dessa quantidade foi implantado em todo Brasil, com apoio dos governos estaduais. Na Região Sul, foram implantados vinte e dois territórios, dos quais sete no estado do Rio Grande do Sul, segundo dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT, 2012b).

Para entender a estratégia de gestão territorial proposta pela SDT, é importante resgatar os principais elementos da gestão social apoiados por essa secretaria nos territórios, quais sejam: i) planejamento, cujo principal instrumento é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); ii) organização, materializada por meio do Colegiado Territorial, responsável pela iii) coordenação das ações territoriais e pelo iv) controle social de políticas públicas, realizado mediante instrumentos de monitoramento e avaliação das ações territoriais (BRASIL, 2005). O que, na realidade, representam os elementos da gestão estratégica. Além desses elementos, a SDT propõe quatro princípios da gestão social: participação, ligada ao planejamento; descentralização, ligada à coordenação; democracia, ligada à organização e transparência, ligada ao controle social. Recomenda, também, processos contínuos de mobilização social e formação de Agentes de Desenvolvimento (BRASIL, 2005), visando à atuação em processos de desenvolvimento rural e controle de políticas públicas. Nesse enfoque, esses princípios e processos são mais adequados à prática da gestão social, devendo, portanto, receber maior investimento dessa secretaria.

Diante do exposto, considera-se que, para se pensar a abordagem territorial do desenvolvimento rural de forma mais abrangente e mais próxima de uma gestão social, é preciso ampliar o olhar para além da estratégia proposta pela SDT, complementando-a com a ideia de Fernando Tenório, que sugere um “[...] processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública” (TENÓRIO, 2008, p. 36). Para esse autor, a gestão social contrapõe-se à gestão estratégica à medida em que a primeira pressupõe uma gestão mais dialógica e avessa à tecnoburocracia. Sendo assim, a gestão social deve ser orientada por meio da racionalidade comunicativa, em um contexto em que os atores não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente, no qual todos os participantes de um momento de construção coletiva possam expor suas argumentações. Com isso, Tenório (2008) aproxima o conceito de gestão social do conceito de “cidadania deliberativa”⁵ e propõe o terceiro setor⁶ como alternativa de gestão social. Concorda-se com essa visão, desde que não signifique desprezar as tecnologias

gerenciais oriundas do primeiro setor (quanto a políticas públicas) e as do segundo setor (quanto à produtividade). Porém, como propõe Tenório (2008), reconhecendo criticamente “a racionalidade de mercado de origem exclusivamente instrumental, apolítica, em prol de uma racionalidade que promova, politicamente, a intersubjetividade deliberativa das pessoas” (TENÓRIO, 2008, p. 33) com base na cidadania, estabelecida a partir da valorização do potencial de soberania do sujeito na sociedade.

Desde a perspectiva territorial, Furtado e Furtado (2009) oferecem uma análise sobre os modelos e instrumentos para a gestão social. Nesse sentido, argumentam que:

No final do século passado, a sociedade brasileira experimentou a redemocratização do país e, com isso, buscou-se a reforma do Estado na perspectiva de construir um modelo de gestão pública aberto às necessidades do povo, transparente, com uma economia eficiente e serviços públicos competentes. Nesse contexto, vislumbram-se dois projetos políticos, um referendado no enfoque gerencial e o outro no societal. O discurso de ambos é que estão promovendo a democracia no Brasil, porém, na realidade o que se vê é a manutenção do modelo gerencialista, até nas políticas sociais (FURTADO; FURTADO, 2009, p. 80).

A principal diferença da gestão social com relação à gestão gerencialista é que, a social busca substituir o modelo tecnoburocrático por um modelo de gestão participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido pelos sujeitos sociais (FURTADO; FURTADO, 2009)⁷.

Analisando a gestão proposta pela SDT, parece claro que os gestores que preconizaram a estratégia territorial realizaram um modelo híbrido entre a gestão estratégica e a gestão social, como perspectiva de gestão do desenvolvimento dos territórios. Nesse modelo, misturam-se elementos dos dois tipos de gestão de forma inovadora e ousada, gerando uma engenharia que parece fácil de assimilar, mas, na prática, é complexa de se executar.

Focando na estratégia de operacionalização desse padrão de gestão no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, a SDT fomentou a criação do Colegiado Territorial⁸ com o intuito de aproximar e integrar organizações públicas e da sociedade interessadas em construir um projeto comum de desenvolvimento rural. Do mesmo modo, atuou nos demais territórios brasileiros (BRASIL, 2010a). Portanto, o Colegiado Territorial da Zona Sul foi estruturado em 2008, a partir da implantação do PTC no Rio Grande do Sul. Porém, já havia uma comissão provisória atuando nesse território desde a sua criação em 2005.

A estrutura do Colegiado possui três níveis diferentes. Um deles é o Plenário, composto por setenta e oito organizações, sendo quarenta, representantes do poder público, e trinta e oito da sociedade civil, portanto, não paritária (Quadro 1). De acordo com o PTDRS (2009), nessa instância, são tomadas as decisões sobre os ajustes das ações do PTC e sobre o próprio PTDRS. Outra instância é o Núcleo Dirigente, composto por alguns dos integrantes do Colegiado Territorial, representantes do poder público e da sociedade, com o papel de coordenar a execução das ações deliberadas no plenário. Também, os Fóruns Setoriais constituem uma das instâncias do colegiado, onde deverá ocorrer a pactuação, preferencialmente mediante a construção de consensos, para encaminhamento das propostas

e projetos ao colegiado, tendo em vista os atores territoriais entenderem que é maior a representatividade dos setores específicos. Finalmente, também, faz parte da estrutura do colegiado o Núcleo Técnico, que tem o papel de assessorar tecnicamente todas as outras instâncias do Colegiado, especialmente no processo de planejamento e acompanhamento da execução do PTDRS (PTDRS, 2009).

Os Fóruns Setoriais⁹ correspondem às Câmaras Temáticas do Colegiado. A sua constituição partiu de estruturas pré-existentes no âmbito das políticas públicas diversas e de instâncias com acúmulo e representatividade, bem como estruturação de novos espaços, contemplando segmentos da sociedade historicamente excluídos dessas políticas (PTDRS, 2009). Merece destaque o Fórum da Agricultura Familiar, institucionalidade importante no território, mesmo antes da implantação da política territorial. Talvez, por esse motivo, nesse fórum, é tomada a maior parte das decisões sobre o desenvolvimento territorial, muitas vezes, sem passar pelo Plenário do Colegiado Territorial. Esse Fórum foi constituído em 1994 e coordenado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). É composto por organizações da agricultura familiar, dos assentados da reforma agrária e da pesca artesanal: associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais; comunidades quilombolas e Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam com tais públicos no território, bem como por organizações públicas, tais como: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA/RS), Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (Campus CAVG), FURG, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Câmaras de Vereadores, Associação dos Municípios da Zona Sul (AZONASUL) (PTDRS, 2009).

O Fórum da Agricultura Familiar reúne-se, pelo menos, uma vez por mês para discutir temas de seu interesse e, também, sobre a política de desenvolvimento territorial. Caracteriza-se como um espaço de discussão e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da Zona Sul do Rio Grande do Sul. Seus objetivos consistem em buscar soluções conjuntas a partir da realidade local para: implementar o desenvolvimento sustentável; apoiar a implementação de políticas públicas estruturantes; encaminhar às instâncias competentes as propostas discutidas e aprovadas nas reuniões, constituindo-se numa representação política regional reconhecida pelo trabalho desenvolvido (EMBRAPA, 2012). Portanto, verifica-se que o Fórum da Agricultura Familiar tem todas as características de uma institucionalidade territorial, com exceção da ausência das prefeituras municipais, podendo, facilmente, constituir-se oficialmente como o Plenário de decisão da política territorial, conforme preconizado pela Resolução 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, 2005) e os requisitos do PTC sobre as institucionalidades territoriais. No entanto, não o fez, provavelmente, porque não enfrentou, até o momento, nenhum problema na sua atuação como Plenário de decisões para o desenvolvimento territorial, mesmo contrariando a resolução do CONDRAF, as recomendações da SDT (BRASIL, 2010c) e os requisitos exigidos pelo PTC (BRASIL, 2010a).

Quadro 1 - Composição do Colegiado Territorial do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

N.º Vagas	Organizações Públicas	N.º Vagas	Organizações Sociais
25	Prefeituras Municipais.		
02	Universidades Públicas- (Univers. Federal de Pelotas - UFPel; (FURG) Universidade Federal do Rio Grande	01	Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Sul - Corede-sul.
		01	Universidades particulares - Universidade Católica de Pelotas - UCPEL.
01	CEFET/RS - Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas.	01	Setor da Indústria e Comércio.
		01	Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA.
01	Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no RS.	01	Fundação privada - Fundação de Apoio à Pesquisa Edmundo Gastal – Fapeg.
01	Superintendência Regional do INCRA.		
02	Governo do Estado do RS (Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA e Secretaria de Planejamento).	01	Fórum de Combate às estiagens e manejo das águas.
		02	Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do RS.
01	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural.	04	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul Fetag/RS.
		02	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf Sul.
01	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agropecuária de Clima Temperado.		
01	Saúde (esfera municipal).	02	Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.
01	Assistência Social (esfera municipal).	03	Associações de agricultores familiares.

N.º Vagas	Organizações Públicas	N.º Vagas	Organizações Sociais
01	Educação (esfera municipal).	03	Cooperativas de produção.
01	Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (esfera municipal).	02	Cooperativas de crédito (Cresol Boa Vista e Crehnor).
01	Vereadores.	05	Pesca artesanal.
01	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul - SEBRAE/RS	04	Assentados de reforma agrária (ligados à Cooperativa Central dos Assentamentos do RS - Coceargs).
		01	Assentados (ligados às demais organizações).
		01	Via Campesina.
		03	Quilombolas.

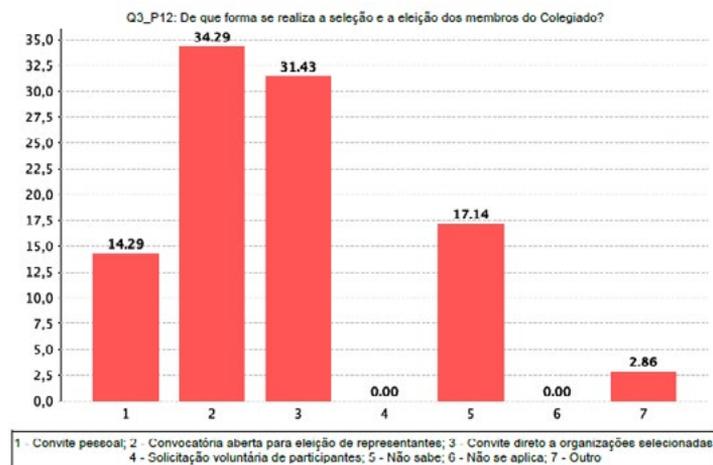
Fonte: SDT (2012a).

QUE PENSAM OS ATORES TERRITORIAIS SOBRE A GESTÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL?

Esta seção contém as percepções dos atores do Território Zona Sul sobre o Colegiado Territorial. Os interlocutores são pessoas envolvidas com a política territorial, inseridas nesse processo por meio da participação no Colegiado Territorial, enquanto representantes de organizações que compõem essa institucionalidade, na maioria dos casos, também, participantes do Fórum da Agricultura Familiar.

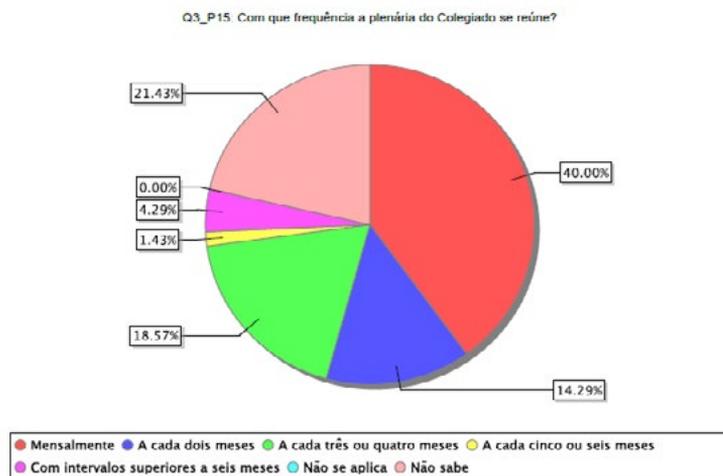
Quanto à eleição dos membros do Colegiado (Gráfico 1), 17,14% apontaram que desconhecem como essa é realizada. No mais, há três principais mecanismos de escolha dos membros do Colegiado, sendo eles, convocatória aberta para eleição de representantes, seguida de convite direto a organizações seletivas e convite pessoal, representando respectivamente 34,29%; 31,43% e 14,29% das opções dos entrevistados.

Além de haver diferentes formas de escolha dos membros do Colegiado, há, também, uma diversidade de mecanismos para a tomada de decisão. Os mecanismos mais apontados referem-se à votação por maioria (60%), seguida de acordos por consenso (51,43%). Observa-se que, em geral, busca-se a tomada de decisões por meio do consenso, seja por meio de acordos ou votação. Por outro lado, a articulação entre grupos (blocos) de interesse, com 44,29% dos apontamentos e a defesa dos projetos e iniciativas próprias, com 25,71% também estão presentes na dinâmica do Colegiado.

Gráfico 1 - Escolha dos membros do Colegiado

Fonte: SGE/CAI Zona Sul

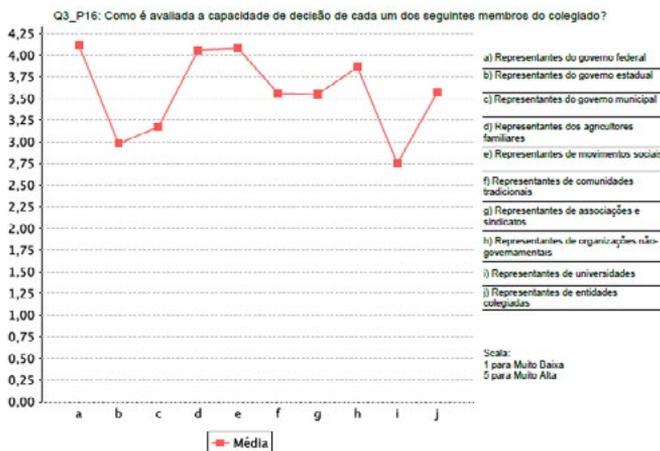
A representatividade do Fórum redundou no fato dele se tornar a instância representativa do Colegiado Territorial, uma vez que já se caracteriza enquanto uma institucionalidade consolidada na Zona Sul. A falta de esclarecimento quanto a essa situação é percebida nas questões referentes às reuniões e plenárias do Colegiado (Gráfico 2), pois 40% dos membros do Fórum o entendiam como sendo Colegiado, apontando que a plenária se reúne mensalmente. Por outro lado, 32,86% dos entrevistados relataram que a Plenária se reúne a cada 3 ou 4 meses ou a cada 5 ou 6 meses. Uma porção significativa (21,43%) dos membros apontou não ter conhecimento dessa frequência, como pode ser visualizado abaixo:

Gráfico 2 - Frequência de Reuniões da Plenária do Colegiado

Fonte: SGE/CAI Zona Sul

A mesma realidade expressa-se quanto às reuniões do Colegiado: 38,57% não souberam dizer quantas reuniões formais tinham sido realizadas. Já 42,86% afirmaram que houve entre 11 e 20 ou mais de 20 reuniões. Outra questão interessante de ser observada refere-se à capacidade de decisão dos membros do Colegiado Territorial (Gráfico 3). Segundo os entrevistados, os representantes do governo federal, dos agricultores e dos movimentos sociais, respectivamente, são os que têm maior capacidade de decisão. Já os representantes do governo estadual, municipal e das universidades são os com menor capacidade de decisão. Essa habilidade mostra relação com o grau de participação dessas entidades, uma vez que, as com menor participação são aquelas que menos decisões tomam. Isso também se reflete nos temas mais abordados nas reuniões do Fórum e/ou Colegiado, visto que, os mais tratados estão relacionados às entidades mais participativas e, conseqüentemente, têm maior capacidade de decisão. Esses temas referem-se à cidadania e inclusão social, desenvolvimento agropecuário e projetos. Os menos tratados dizem respeito à justiça, segurança, lazer e cultura. *A priori*, esses temas parecem não fazer parte do rol de prioridades do território, até porque não constituem o foco de ação das entidades com maior capacidade de decisão.

Gráfico 3 - Capacidade de decisão dos membros do Colegiado



Fonte: SGE/CAI Zona Sul.

Além de haver diferentes formas de escolha dos membros do Colegiado (Gráfico 1), há, também, uma diversidade de mecanismos para a tomada de decisão (Gráfico 4). Os mecanismos mais apontados referem-se à votação por maioria (60%), seguida de acordos consensuais (51,43%). Observa-se que, em geral, busca-se a tomada de decisões por meio do consenso, seja por meio de acordos ou de votação. Por outro lado, a articulação entre grupos (blocos) de interesse, com 44,29% dos apontamentos e a defesa dos projetos e iniciativas próprias, com 25,71%, também estão presentes na dinâmica do Colegiado. Com relação ao mecanismo, “o colegiado avalia, opina, mas não decide” (11,43%), o que pode ser consequência, tanto da distinção que alguns entrevistados fazem entre Colegiado e Fórum, entendendo que as discussões e decisões ocorrem no Fórum e não no Colegiado, quanto pelo fato das decisões tomadas no Colegiado estarem limitadas, em parte, aos

recursos disponibilizados pela SDT. Por fim, 10% dos entrevistados não souberam indicar os mecanismos de tomada de decisão utilizados, demonstrando que não estão claros para a totalidade dos membros do colegiado.

Gráfico 4 - Mecanismos de tomada de decisão do Colegiado

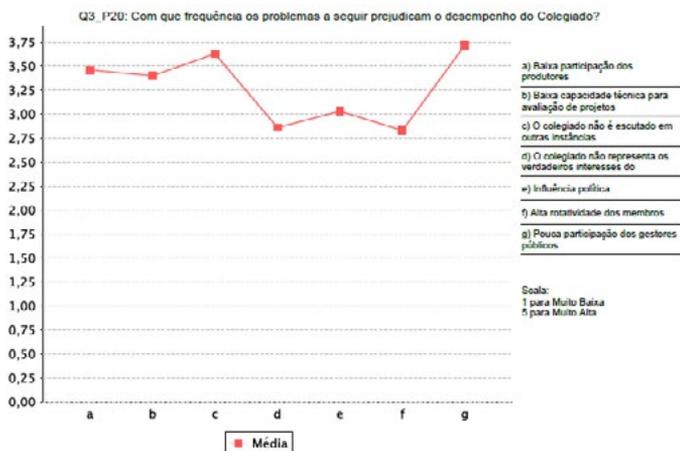


Fonte: SGE/CAI Zona Sul

Um dos maiores problemas do Colegiado, segundo os entrevistados, diz respeito à pouca participação dos gestores públicos (Gráfico 5). Essa situação pode ser observada nas reuniões do Fórum da Agricultura Familiar, uma vez que, a minoria dos municípios possui representantes fixos. Ademais, quando da realização da pesquisa, em geral, houve dificuldades em encontrar os representantes do poder público municipal, ocorrendo relativa rotatividade dos membros desse segmento. Surpreendentemente, o tema referente à alta rotatividade dos membros do Colegiado não aparece como um dos problemas com grau significativo de importância para os entrevistados, o que demonstra certa contradição com relação à informação apresentada anteriormente sobre a pouca participação dos gestores públicos. O segundo problema mais significativo para os entrevistados, e que parece estar vinculado ao primeiro, refere-se ao fato do Colegiado não ser escutado em outras instâncias. Entrevistados relatam, por exemplo, que o Colegiado realizou um diagnóstico do território e construiu uma visão de futuro que nem sempre é levada em consideração fora do âmbito das políticas territoriais federais. Constatou-se entre os próprios membros do Colegiado que não há muita clareza quanto à atuação do Colegiado Territorial na elaboração do diagnóstico, da visão de futuro e do próprio PTDRS. Quanto ao diagnóstico, 18,57% dos entrevistados não souberam opinar. Quanto à elaboração de um documento contendo a visão de futuro, 40% não conseguiu responder e, quanto à participação do Colegiado na elaboração da visão de futuro, o percentual alcançou 31,43%. No que concerne à elaboração do PTDRS, não houve consenso sobre em quais etapas ocorreu a participação do Colegiado, embora ele tenha participado de todas as fases e construído um Plano consistente no que concerne à caracterização, ao diagnóstico e à visão de futuro. A pouca clareza em relação

a essas questões, em parte, decorre do fato dos membros não estarem habituados com os termos: diagnóstico, visão de futuro, PTDRS. Quando era explicado do que se tratava, os entrevistados demonstravam maior conhecimento. Além disso, vários membros não participavam do Colegiado quando da elaboração dos documentos, o que também implica em um menor conhecimento acerca desses elementos.

Gráfico 5 – Problemas que prejudicam o Colegiado



Fonte: SGE/CAI Zona Sul

A baixa participação dos produtores e a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos (Gráfico 5) estão entre os quatro problemas que mais prejudicam o Colegiado. Quanto à participação dos produtores, ressalta-se que eles se encontram representados por lideranças das organizações de agricultores familiares, quilombolas, pescadores, assentados, lideranças de cooperativas e sindicatos. No entanto, os produtores em si participam pouco. Quanto à avaliação de projetos, os entrevistados consideraram, em geral, a falta de técnicos para essa atividade e, sobretudo, para a elaboração de projetos e não, propriamente, a falta de capacidade desses profissionais. Por outro lado, ressaltou-se que, muitas vezes, pela carência de recursos, são realizados acordos quanto à distribuição dos recursos financeiros nas reuniões do Fórum de modo a beneficiar mais entidades e municípios. Ou seja, um critério utilizado é: quem recebeu recursos em determinado momento, não deverá receber no momento posterior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de responder como os atores territoriais veem a gestão do Colegiado Territorial do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, as suas implicações para o processo de gestão compartilhada do desenvolvimento territorial e de gestão social, constata-se que a gestão territorial é bastante influenciada por forças sociais ligadas, principalmente, à agricultura familiar no nível territorial, mas também fortemente influenciada pelas prefeituras no nível da gestão municipal.

A relação entre as duas principais institucionalidades territoriais do Território Zona Sul, isto é, o Colegiado Territorial e o Fórum da Agricultura Familiar, não parece clara para a maioria dos atores envolvidos com a política territorial. Apesar de a primeira ter sido constituída para ser o fórum de decisões das ações territoriais e, portanto, preencher os requisitos de paridade, diversidade e pluralidade exigidos pela política territorial, na prática não tem desempenhado tal papel. Já a segunda, constituída anteriormente à implantação da política territorial, mas com objetivos semelhantes, embora com foco no desenvolvimento da agricultura familiar, tem desempenhado papel significativo no protagonismo do desenvolvimento territorial, haja vista que é nessa institucionalidade que se dá a maior parte das decisões para o território. Talvez, por esse motivo, seja percebida pelos atores como o próprio Colegiado Territorial. Essa questão não parece problemática para os atores territoriais, porque não diverge da lógica das forças sociais predominantes naquele espaço. Porém, do ponto de vista da política pública, não se enquadra nos requisitos de diversidade e pluralidade sugeridos pela Resolução N.º 52 do CONDRAF, nem tampouco se enquadra nos requisitos de paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Também não dispõe de uma composição de atores públicos que garanta maior articulação entre os diferentes níveis de gestão das políticas públicas, com vistas a fortalecer o pacto federativo, como prevê o Programa Territórios da Cidadania (BRASIL, 2010a).

Por outro lado, a gestão territorial sob a coordenação de um fórum setorial pode reforçar o modelo de gestão social criticado por Favareto (2008), que confere maior empoderamento à agricultura familiar no que tange ao controle social de investimentos públicos no meio rural brasileiro, em detrimento de um modelo capaz de levar a coordenação das forças sociais em direção a um modelo mais incluyente e sustentável. Não se está aqui desconsiderando a importância que tem o primeiro modelo sobre a diminuição da exclusão histórica dos segmentos da agricultura familiar, mas sim reforçando a importância da diversidade de segmentos, também importantes e que ainda são excluídos do processo de desenvolvimento territorial. Parece que há evidências suficientes de que essas são questões importantes reveladas nesta pesquisa que permitem delimitar a configuração de uma parte do processo de gestão social no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Isso porque ainda ficaram fora do estudo elementos importantes para uma avaliação do exercício da cidadania no território, o que aponta a necessidade de um maior aprofundamento por parte da academia e sensibilidade dos gestores públicos para a compreensão da complexidade do processo de governança territorial em espaços de gestão social, com foco em abordagens territoriais de desenvolvimento.

Para aprofundar a pesquisa, parece essencial verificar como se dá a participação efetiva de segmentos sociais historicamente excluídos de políticas públicas, tais como mulheres, jovens, idosos, quilombolas e grupos sociais sem vinculação institucional. Igualmente importante seria compreender como as diferentes categorias de atores territoriais percebem os limites do Colegiado Territorial na gestão do território. Até que ponto eles consideram essa institucionalidade como um canal legítimo para operar a gestão social que carece de uma articulação entre os diversos níveis de governo?

Finalmente, uma questão ficou bastante evidente neste trabalho: os atores veem a pouca

participação dos gestores públicos como um problema. Porém, é preciso saber qual tipo de participação é esperada. Do mesmo modo, torna-se essencial saber o que representa a gestão territorial e, sobretudo, o Colegiado Territorial para os gestores públicos do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Será que existe uma unidade na concepção que têm sobre o desenvolvimento territorial? Será que essa concepção influencia a participação desses atores sobre a gestão territorial?

NOTAS

1. Estes autores entendem as novas institucionalidades como o conjunto de instituições criadas pelos programas federais para conduzir a gestão social e a governança territorial, a partir da relação entre o Estado e a sociedade civil, mas sem excluir o mercado.
2. O Território Zona Sul abrange uma área de 39.960,00 Km² e é composto por 25 municípios: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. A população total do território é de 871.768 habitantes, dos quais 122.774 vivem na área rural, o que corresponde a 14,08% do total. Possui 32.160 agricultores familiares, 3.615 famílias assentadas. Seu IDH médio é 0,79 (SDT, 2012a).
3. Atualmente as CAI atuam em trinta e sete territórios brasileiros, com a finalidade de coletar e analisar informações geradas no âmbito dos Colegiados Territoriais, com vistas a apoiar o desenvolvimento institucional, bem como desenvolver “estratégias para comunicação de novos conhecimentos sobre as realidades territoriais.” (BRASIL, 2011, p. 138).
4. O SGE poderá ser acessado através do endereço: <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>.
5. Tenório (1999) apoia-se em Habermas sobre a concepção de cidadania deliberativa, defendendo a posição, segundo a qual o cidadão deve ele próprio influenciar concretamente na transformação de sua própria situação.
6. Para Tenório (2008), esse setor diferencia-se dos demais à medida em que desenvolve atividades públicas por meio de associações profissionais, voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil.
7. Furtado e Furtado (2009) oferecem uma gama de comparativos entre os modelos da administração pública gerencial e da administração pública societal.
8. De acordo com os documentos institucionais da SDT, os Colegiados Territoriais são instâncias políticas, que não dispõem de um formato jurídico, “considerados de governança, visto que são constituídos por representações da sociedade civil e do poder público” (BRASIL, 2010c, p. 23).
9. Fóruns que fazem parte do colegiado: Fórum de Prefeitos (AZONASUL), composto por prefeitos dos 25 municípios que integram o território; Fórum de Assistência Social e Segurança Alimentar; Fórum de Educação e Cultura; Fórum de Saúde e Saneamento; Fórum de Agricultura Familiar; Fórum de Quilombolas; Fórum de Assentados da Reforma Agrária, bem como Fóruns de Jovens, de Águas e de Infraestrutura (PTDRS, 2009).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para una Teoría de los Estudios Territoriales. In MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Comp.). **Desarrollo Rural: Organizaciones, Instituciones y Territorios**. Buenos Aires: CICCUS, 2006, p. 51-70.

BRASIL. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Série Documentos SDT, n.1. Brasília: SDT/MDA, 2005, 29 p.

_____. **Territórios da Cidadania: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades**. Informativo. Brasília: MDA, 2010a. 21 p.

_____. **IV Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais**. Brasília: MDA/ SDT. Relatório, 2010b, 83 p.

_____. **Colegiados Territoriais: Guia para a Organização dos Territórios**. Série Documentos de Apoio, n. 5. Brasília: SDT/MDA, 2010c. 47 p.

_____. A SDT/MDA e o PRONAT. In: **Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais PRONAT: Balanço da Gestão 2003-2010**. Brasília: SDT; MDA, 2011. p. 39-80.

CONDRAF. **Resolução N.º 52**. Brasília: MDA/CONDRAF, 2005. Disponível em: www.mda.gov.br/condraf. Acesso em: 14 set. 2012.

COREZOLA, F.; OLIVEIRA, C. D.; ALMEIDA, M. G. Desafios da Governança Territorial nos Territórios Incorporados ao Programa Territórios da Cidadania. Campina Grande, PB, **Revista Raízes**. v. 28, p. 87-96, 2010.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão Social e Novas Institucionalidades no Âmbito da Política de Desenvolvimento Territorial. In: **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 14, 2011. p. 89-130.

DELGADO, N. G. *et al.* **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2007.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. **Gestão de Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Contexto das Novas Institucionalidades**. Brasília: IICA, 2008. Relatório de Pesquisa.

ECHEVERRI, R. Emergência e Evolução do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais e nos Territórios da Cidadania. In: **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 12, 2010, p. 81-114.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Fórum de Agricultura Familiar da Região Sul do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.cpact.embrapa.br/forum/index2.php>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

FAVARETO, Arilson. Tendências Contemporâneas dos Estudos e Políticas sobre o Desenvolvimento Territorial. In: **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e Desafios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. 2010. v. 12, p. 15-46.

_____. Três Instantâneos sobre a Gestão Social do Desenvolvimento Territorial nos Anos 2000: Notas para um Balanço. **III Fórum Internacional Desenvolvimento Rural Sustentável: Modelos e Gestão Social dos Territórios**. Fortaleza: IICA, 2008. 18 p.

FURTADO, R.; FURTADO E. Modelos e Instrumentos para Gestão Social dos Territórios. In: **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 10, 2009. p. 71-94.

LEITE, S. P.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S. **Gestão Social dos Territórios**. Brasília: IICA. Relatório de Pesquisa, 2008.

MATTEI, L. **Institucionalidade e Protagonismo Político: Os 10 Anos do Condraf**. Brasília: MDA, CONDRAF, 2010. 161 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: Os Limites do Passado e os Caminhos do Futuro. **Estudos Avançados**, n. 15, v. 43, 2001. p. 83-100.

OLIVEIRA, C. D. S. **Informe Técnico Contendo Análise dos Alcances e Limitações dos Elementos Constitutivos dos Modelos de Gestão Implementados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em Gestão Estratégica, Coordenação dos Órgãos Colegiados e Articulação Regional, com Recomendações Técnicas e Gerenciais para o seu Aperfeiçoamento**. Brasília: IICA. Produto de Consultoria, 2012. 125 p.

_____. **Relatório Contendo Sistematização de Informações sobre o Processo de Constituição e Funcionamento dos Colegiados Territoriais nos Estados do Amazonas e Rondônia**. Produto de Consultoria. Brasília: SDT/IICA, 2010. 39 p.

_____. **Sistematização de Informações sobre o Processo de Constituição e Funcionamento dos Colegiados Territoriais do Estado do Pará**. Relatório de Consultoria. Brasília: SDT/IICA, 2010. 58 p.

OLIVEIRA, C. D. S.; PERAFÁN, M. E. V. Gestão Social no Âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. 16 p.

PTDRS. Sistema de Gestão e Implantação do Plano Territorial. In: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009. p. 62-65.

SCHNEIDER, S. A Abordagem Territorial do Desenvolvimento Rural e suas Articulações Externas. Porto Alegre, **Sociologias**, n. 11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

_____. Territorio y Enfoque Territorial: De las Referencias Cognitivas a los Aportes Aplicados al Análisis de los Procesos Sociales Rurales. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G.; LATTUADA, M. (Org.). **Desarrollo Rural: Organizaciones, Instituciones y Territorio**. Buenos Aires: Ciccus, 2006. p. 71-102.

_____. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Ed.). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

_____. Análisis Multidimensional y Escalar del Desarrollo Territorial en Brasil. Quito, Ecuador, **Eutopía**, n. 1, 2010. p. 25-49.

SDT. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informação Territorial**. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: 15 set. 2012a.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Informação Territorial**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em: 15 set. 2012b.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social: Uma Perspectiva Conceitual. In: **Um Espectro Ronda o Terceiro Setor, o Espectro do Mercado: Ensaio de Gestão Social**. Ijuí: Unijuí, 2008. p. 13-38.

VEIGA, J. E. **A Face Territorial do Desenvolvimento**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: Fapesp, 1998.

_____. O Brasil Rural ainda não Encontrou seu Eixo de Desenvolvimento. **Estudos Avançados**, n. 15, v. 43, p. 101-119, 2001.

**Carlos
Douglas
de Sousa
Oliveira**

Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural da Amazônia, Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA), doutorando em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Bolsista CAPES e consultor em desenvolvimento rural e gestão social do desenvolvimento territorial.

**Marcelo
Antonio
Conterato**

Licenciado em Geografia. Mestre e Doutor em Desenvolvimento Rural, vinculado ao Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais (DERI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural (GEPAD).

**Lillian
Bastian**

Graduada em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente Técnica da Célula de Acompanhamento e Informação do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

**Sergio
Schneider**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atual presidente da SOBER (2011-2013), Conselheiro do CDES-RS, membro do GEPAD.